



Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização dezembro 2016

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém. Verifica-se uma ligeira melhoria em alguns indicadores nacionais em 2015: taxa de risco de pobreza e exclusão social, taxa de privação material e privação material severa, taxa de intensidade laboral reduzida, taxa de desemprego, excetuando a taxa de pobreza que se manteve estável nos 19.5%.

Dos dados recolhidos ressalta:

- Segundo os últimos dados do Eurostat em 2015, estima-se que existiam na UE28 cerca de 118.759 milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social (23.7% do total da população). Em Portugal essa percentagem foi de 26.6%.
- São as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (24.4%^e), por comparação aos homens (23.0%^{e1}). Em Portugal são também as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (27.3%), por comparação aos homens (25.9%).
- Em 2015 (UE28), 30.8% das pessoas com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos encontravam-se em maior risco de pobreza e de exclusão social, logo seguidas pelo grupo das crianças, com idades até aos 16 anos, com 26.6%^e. O risco de pobreza e exclusão social para o grupo das pessoas com 55 ou mais anos foi de 20.7%.
- Em 2015, 17.3% da população da UE encontrava-se em risco de pobreza na UE28; 8.1%^e da população da UE encontrava-se em condições de privação material severa; 10.5%^e da população com idade entre os 0-59 anos vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho).
- Em 2015, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos, subiu na UE para 70.1%. No caso dos homens a taxa de emprego foi em 2015 de 75.9% (mais elevada quando comparada com 2014) e no caso das mulheres a taxa foi de 64.3%.
- Em 2014 as disparidades salariais entre homens e mulheres situou-se em 16.1% na UE. Em 2014, 1 em cada 5 mulheres na UE (20.0%) com idades entre os 25-49 e sem crianças a cargo trabalhavam em part-time. A disparidade aumenta com o aumento dos filhos a cargo, ou seja, quase metade das mulheres (45.1%) com pelo menos três crianças estavam a trabalhar em part-time, comparando com 7.0% dos homens na mesma situação.

¹ Estimativa.

- Em Agosto de 2016 a taxa de desemprego para a Zona Euro (EA19) foi de 10.1%; para a UE28 foi de 8.6% e para Portugal de 11.0%.
- Em agosto de 2016 a taxa de desemprego jovem foi de 20.7% para a EA19 e de 18.6% para a UE28. Para Portugal essa taxa foi de 27.9%
- A taxa de trabalhadores pobres foi estimada em 9.5% em 2015 para a UE28. Para a Zona Euro (EA19) a taxa foi de 9.5% também em 2015. Em Portugal essa taxa foi de 10.9%.
- Segundo o Eurostat a taxa de jovens NEET para a UE28 foi em 2015 de 12.0%; para a Zona Euro (EA19) de 12.2% e para Portugal de 11.3%.
- O Índice de Fertilidade na UE aumentou de 1.46 em 2001 para 1.58 em 2014. Em termos de países, Portugal apresenta um índice de 1.23 (estimativa para 2014) e, no polo oposto, a França lidera com um índice de 2.0 (2014).
- O Índice de dependência dos idosos foi em Janeiro de 2015 de 28.8% para a UE28. Portugal registava um índice de 31.1%.
- Uma em 20 pessoas que vivem na UE tem 80 ou mais anos. A esperança de vida aos 80 aumentou de 8.4 anos em 2004 para 9.5 anos em 2014. Em Portugal assistiu-se também a um aumento entre 8.2 em 2004 para 9.2 em 2014.
- Durante o segundo trimestre de 2016 (de abril a junho 2016), 305 715 requerentes de asilo solicitaram, pela primeira vez, proteção internacional nos Estados Membros da UE (mais 6% do que no 1º trimestre).
- No que diz respeito aos dados do INE, em 2015, 19.0% das pessoas estavam em risco de pobreza, valor que diminuiu ligeiramente relativamente ao ano anterior.
- Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2015, seria de 21.8%, descendo relativamente ao ano anterior.
- Em 2015, a taxa de risco de pobreza para a população idosa foi de 18.3%, superior em 1.3 p.p. ao valor registado em 2014 (17.0%).
- Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%. Em 2015 registou 22.4%, verificando-se uma descida relativamente a 2014 (24.8%).
- Em 2015, 21.0% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza, enquanto esta taxa era de 16.8% para agregados sem crianças dependentes.

- Em 2015, em Portugal, 10.9% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. É importante sublinhar que, em 2015, 42% dos desempregados e 31.2% dos “outros inativos” estavam em risco de pobreza. Relativamente à população reformada, assistiu-se a um novo aumento em 2015 para 16.0% (em 2014 foi 14.4%).
- Os resultados do INE indicam para 2015 uma taxa de intensidade de pobreza de 26.6%, tendo revelado uma descida relativamente a 2014 (29.0%).
- Segundo dados do INE, em 2015, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.9 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.
- Em Portugal, em 2016, 19.5% da população encontrava-se em situação de privação material e 8.4% em situação de privação material severa.
- Em 2015, 9.1% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor diminuiu face ao ano anterior (10.9%).
- Taxa de emprego (%) da população residente com idade entre 15 e 74 anos era em agosto de 2016 de 58.8%.
- Segundo o destaque do INE a estimativa definitiva da taxa de desemprego de julho de 2016 situou-se em 10,9%.
- Em Portugal, em agosto de 2016, existiam 98 043 famílias e 217 862 beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI); No mesmo mês 159 931 de pessoas beneficiavam do CSI.

Documento disponível na íntegra: www.eapn.pt

INTRODUÇÃO

Por ocasião das comemorações dos 25 anos da EAPN Portugal e no mês em que se comemora o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza procuramos atualizar os indicadores de pobreza e exclusão social, tendo em conta os dados disponíveis à data, quer a nível nacional, quer europeu.

O ano 2016 marca as Comemorações dos 25 anos de existência da EAPN Portugal, na sua missão de lutar pelos valores da erradicação da pobreza, pela dignidade humana e pela defesa da igualdade de todos no acesso aos direitos. Os dados estatísticos presentes neste documento não nos permitem ser muito otimistas face ao futuro; estamos longe de atingir as metas determinadas pela Europa 2020 sobretudo na dimensão relacionada com a coesão e igualdade.

Do ponto de vista europeu destacamos dois fenómenos; a crise humanitária que vivemos com os refugiados e a ameaça permanente de terrorismo que assola a Europa. Face a estes fenómenos, as manifestações xenófobas que vamos assistindo um pouco por toda a Europa, levam-nos a temer por um futuro de forte instabilidade e desesperança. O próprio futuro da Europa como o conhecemos está em risco; a saída do Reino Unido da União Europeia constitui um forte abalo para a União económica e monetária.

Em relação ao nosso país e se olhássemos apenas para os números ficaríamos assustados com o número de crianças em Portugal que se encontra em situação de pobreza e ou exclusão social e ficávamos igualmente assustados com os números da emigração e com os números do desemprego jovem. Aqui falamos apenas das novas gerações, daquelas que irão desenvolver o nosso País.

Depois temos também múltiplos desafios quando nos voltamos para a população idosa em Portugal, pois o índice de envelhecimento da população em Portugal é elevadíssimo e com projeções de longo prazo que merecem a nossa atenção.

Quanto aos adultos em idade ativa continuamos com elevadas taxas de desemprego jovem e desemprego de longa duração e, acima de tudo, continuamos com um número de trabalhadores pobres surpreendentemente alto e que não está necessariamente relacionado com o fenómeno da crise; acaba por ser já estrutural. Em Portugal a mão-de-obra é mal paga e o emprego precário predomina, afetando sobretudo as mulheres.

Outro fenómeno muito típico português prende-se com a desigualdade na distribuição do rendimento que afeta claramente a coesão social. Abaixo deixamos ao pormenor os dados mais recentes que se relacionam com estes fenómenos.

Risco de Pobreza e exclusão social (Estratégia 2020)

Em 2010 a Comissão Europeia apresentou a sua nova estratégia para a Europa, a Estratégia Europa 2020 que se propunha promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta Estratégia assenta em 5 objetivos centrais, sendo um deles a luta contra a pobreza e a exclusão social, ou seja, propõe-se reduzir, pelo menos, em 20 milhões, e até 2020, o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. Como forma de medir este objetivo foi criado o indicador AROPE – At risk of poverty or social exclusion - definido como a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho.

Segundo os últimos dados do Eurostat² em 2015, estima-se que existiam na UE28 cerca de 118.759 milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social (23.7% do total da população). Tendo em conta que este é um indicador compósito estima-se que, em 2015, 17.3% das pessoas da UE28 viviam em risco de pobreza; 8.1% em situação de privação material severa e 10.5% num agregado com muito baixa intensidade de trabalho.

No quadro seguinte é possível perceber a situação deste fenómeno na UE27, UE28, na Zona Euro (EA) e em Portugal (PT):

Quadro 1: Pobreza e Exclusão Social na UE28, UE27, EA18 e Portugal (% e N°/milhões)

	Proporção do total da pop. %		Número de pessoas (milhões)	
	2014	2015	2014	2015
EU28	24.4	23.7e	122 258	118 759e
EU27	24.4	23.7e	121 015	117 541e
EA19	23.5	23.0e	77 832	76 577e
PT	27.5	26.6	2 863	2 765

Fonte: Eurostat (t2020_50)

² Consultar: <http://ec.europa.eu/eurostat> ; Codes: t2020_50; t2020_51; t2020_52; t2020_53 (informação disponível a 13/10/2016)

Em termos de género, são as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (24.4% ^e), por comparação aos homens (23.0% ^e) (estimativa para o ano 2015). Esta situação verifica-se igualmente em Portugal, onde são também as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (27.3%), por comparação aos homens (25.9%)³.

Em termos de grupos etários (e para ambos os sexos), verificou-se que é o grupo com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos (mais de 30%) que se encontram em maior risco de pobreza e de exclusão social (estimativa para a UE28/UE27). As crianças, com idades até aos 16 anos, constituíam o segundo grupo significativamente vulnerável à pobreza e à exclusão social, com 26.6%^e.

No que diz respeito às pessoas mais idosas (55 e mais anos), a percentagem estimada situou-se nos 20.7% (estimativa para a UE28). Verifica-se também na tabela seguinte que, em Portugal todas as percentagens sofreram uma ligeira diminuição entre 2014 e 2015, com exceção para as pessoas com 55 ou mais anos (25.9%). No entanto, continua a ser bastante significativa para os jovens com idades entre os 16 e 24 anos (31.8%).

Quadro 2: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por sexo e grupo etário, 2014 e 2015 (%)

Ano referência	UE-28		UE27		EA19		PT	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
< 16	27.4	26.6 ^e	27.4	26.6 ^e	25.4	25.0 ^e	30.8	29.1
16-24	31.6	30.8 ^e	31.6	30.8 ^e	30.0	29.6 ^e	34.8	31.8
25-54	24.1	23.2 ^e	24.1	23.2 ^e	24.0	23.3 ^e	26.2	25.2
55 ou +	20.9	20.7 ^e	20.8	20.6 ^e	19.8	19.7 ^e	25.3	25.9
Homens	23.6	23.0 ^e	23.5	23.0 ^e	22.6	22.3 ^e	26.7	25.9
Mulheres	25.2	24.4 ^e	25.2	24.4 ^e	24.3	23.7 ^e	28.1	27.3

Fonte: Eurostat (ilc_peps01 / atualização 12/10/2016)

A composição do agregado familiar tem efeitos significativos em termos de rendimento disponível. No quadro seguinte é possível verificar a situação vulnerável segundo a composição do agregado familiar.

³ Eurostat (ilc:peps01) atualização em 12/10/2016

Quadro 3: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por quintil de rendimento e tipo de agregado familiar (%)

	UE28		EA19		PT	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Pessoas singulares	33.6	32.9 ^e	32.6	31.9 ^e	34.1	35.3
1 adulto com menos de 65 anos	38.9	38.1 ^e	38.4	37.4 ^e	38.3	37.6
1 adulto com 65 e + anos	26.3	26.0 ^e	23.9	23.8 ^e	31.1	33.6
1 adulto com crianças a cargo	48.4	47.7 ^e	45.1	45.1 ^e	51.7	46.2

Fonte: Eurostat (ilc_peps03 / atualização 12/10/2016)

➤ **Pobreza monetária⁴**

17.3% (estimativa) da população da UE encontrava-se em risco de pobreza, depois das transferências sociais, em 2015 na UE28, ou seja, encontrava-se abaixo dos 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente.

Embora os dados do Eurostat atualizados em 12 de Outubro ainda não estejam disponíveis para todos os países, pode-se verificar é a Roménia, em conjunto com a Sérvia, que apresenta a percentagem mais elevada (25.4%), logo seguida por países como a Letónia (22.5%), Lituânia (22.2%), Espanha (22.1%) e Grécia (21.4%). Portugal regista uma taxa de 19.5%.

Quadro 4: Pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais (%) (2010, 2014 e 2015)

Ano de referência	2010	2014	2015
UE28	16.5	17.2	17.3 ^e
PT	17.9	19.5	19.5

Fonte: Eurostat (code: t2020_52)

⁴ Eurostat Code: t2020_52

As transferências sociais têm um impacto considerável na redução da pobreza. Se estas transferências não existissem a percentagem de pessoas em risco de pobreza era consideravelmente superior: UE28 (25.9%^e) e PT (26.4%) (valores para 2015)⁵.

A proteção social é central para *proteger os cidadãos dos riscos associados com o desemprego, as responsabilidades parentais, cuidados de saúde e invalidez, perda de cônjuge ou parente, envelhecimento, habitação e exclusão social*. Segundo o Eurostat⁶, em 2013, a despesa bruta com a proteção social representava 28.8% do PIB da UE28 e 29.8% do PIB da Zona Euro-18. Para Portugal e para o mesmo ano a percentagem foi de 27.6%.

Uma das despesas mais significativas ao nível dos sistemas de proteção social prende-se com as pensões. Segundo o Eurostat, em 2013, pouco mais de um quarto da população da UE28 (26.1%) receberam pelo menos uma pensão. Em Portugal essa proporção é superior aproximando-se dos 30%. Mais de três quartos (76,7%) de beneficiários de pensões estão a receber pensão de velhice, que começam a ser pagas quando chegam à idade legal de reforma. Cerca de 12.8% do PIB da UE era gasto em pensões. Este tipo de despesa varia consideravelmente entre os países: a Grécia gasta 17.6% do PIB em pensões e países como Portugal, Itália e França cerca de 15%. Percentagens consideravelmente elevadas quando comparadas com países como Estónia, Lituânia e Irlanda (7.5%, 7.1% e 6.8%, respetivamente).

➤ **Privação material severa⁷**

8.1% (estimativa) da população da UE28 encontrava-se em condições de privação material severa, em 2015. A proporção de pessoas nesta situação desceu relativamente a 2014 (8.9%). No conjunto de países, a privação material severa está acima dos 20% em países como a Bulgária (34.2%), Sérvia (24.0%), Roménia (22.7%) e Grécia (22.2%^P); e abaixo dos 5% em países como Suécia (0.7%), Finlândia (2.8%), Áustria (3.6%), Dinamarca (3.7%), Alemanha (4.4%), França e Estónia (4.5%). Em Portugal a percentagem de pessoas em situação de privação material severa foi de 9.6% (2015), tendo baixado relativamente ao ano anterior (10.6%).

⁵ Eurostat, Code: tessi230

⁶ Eurostat Statistics Explained, *Social protection statistics – pension expenditure and pension beneficiaries*, July 2016

⁷ Eurostat, Code: t2020_53.

Quadro 5: Privação Material Severa (%)

Ano de referência	2008	2014	2015
UE28	-	8.9	8.1 ^e
EA19	5.9	7.4	6.9 ^e
PT	9.7	10.6	9.6 ^p

Fonte: Eurostat. Code: t2020_53

No que diz respeito à privação material severa de acordo com o tipo de agregado⁸, verifica-se que os agregados com crianças a cargo são mais afetados por esta situação do que os agregados sem filhos, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 6: Taxa de privação material severa segundo o tipo de agregado, UE, 2015

	Sem crianças a cargo	Com crianças a cargo
Um adulto	11.0%	17.3%
Dois ou mais adultos	6.0%	8.3%

Fonte: Eurostat

➤ **Baixa Intensidade do Trabalho⁹**

10.5% (estimativa) da população com idade entre os 0-59 vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho). Esta proporção tinha aumentado gradualmente até 2014 (11.2%), mas desceu para 2015 para valores iguais aos registados em 2011 e 2012 (10.5%).

As maiores percentagens verificaram-se em países como a Sérvia (21.2%), Grécia (16.8%), Espanha (15.4%) e Bélgica (14.9%). Em Portugal essa percentagem foi de 10.9%.

⁸ Eurostat, *Share of severely materially deprived people down to 8.2% in the EU*, Pressrelease 71/2016, 14 April 2016.

⁹ Eurostat, Code: t2020_51

Quadro 7: Pessoas a viverem em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)

Ano de referência	2008	2014	2015
EU28	-	11.2	10.5 ^e
EA19	9.3	11.9	11.1 ^e
PT	6.3	12.2	10.9

Fonte: Eurostat. Code: t2020_51

Emprego e Desemprego

Nestes últimos anos, o emprego e o desemprego foram claramente afetados pela crise económica, mas o cenário parece estar a mudar. Os dados recentes do Eurostat indicam que a **Taxa de Emprego**¹⁰, no segundo trimestre de 2016, aumentou 0.4% na zona euro (EA19) e 0.3% na UE28, por comparação ao primeiro trimestre do ano. As estimativas do Eurostat indicam que nesse período, 232.1 milhões de homens e mulheres estavam empregadas na UE28, das quais 153.3 milhões estavam na zona euro. As maiores subidas ocorreram na Estónia (+1.7%), na Irlanda (+1.1%) e Lituânia (+1.0%). Portugal registou igualmente uma subida de 0.6 no 2º trimestre de 2016. As maiores descidas verificaram-se na Croácia (-0.4%).

Em 2015¹¹, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos, subiu na UE para 70.1% (em 2014 essa taxa foi de 69.2%). Mesmo assim, continua abaixo da meta estabelecida pela Estratégia Europa 2020 que prevê o aumento da taxa de emprego deste grupo populacional até, pelo menos, os 75%. Existem diferenças entre homens e mulheres, sendo que no caso dos homens a taxa de emprego foi em 2015 de 75.9% (mais elevada quando comparada com 2014) e no caso das mulheres a taxa foi de 64.3% (também mais elevada quando comparada com o ano anterior, embora se tenha verificado um maior progresso desde 2008 do que o que se verificou no caso dos homens).

Um dos aumentos mais significativos prende-se com a taxa de emprego para a população com idades entre os 55 e os 64 anos (53.3% em 2015; 38.4% em 2002). O Eurostat reforça a relevância deste

¹⁰ Eurostat, *Employment up by 0.4% in euro area and by 0.3% in EU28*, Eurostat Newsrelease 171/2016, 13 september 2016.

¹¹ Employment rate by sex, age group 20-64 (eurostat_Code: t2020_10)

indicador uma vez que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 prende-se com a maior participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho.

Quadro 8: Taxa de Emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos e para a população com idades entre os 55 e os 64 anos (%)

		2014			2015			Objetivos Europa 2020 (total)
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
20-64 anos	UE	69.2	75.0	63.5	70.1	75.9	64.3	75.0
	PT	67.6	71.3	64.2	69.1	72.6	65.9	75.0
55-64 anos	UE	51.8	58.8	45.2	53.3	60.1	46.9	
	PT	47.8	54.3	42.1	49.9	56.0	44.6	

Do ponto de vista dos Estados Membros, a Grécia, a Itália e a Croácia são os países onde esta Taxa é das mais baixas com, 54.9% e 60.5%, respetivamente. Os países onde a Taxa de emprego da população com idades entre os 20 e os 64 anos é mais elevada, são, por exemplo, a Suécia (80.5%, a Alemanha (78.0%) e o Reino Unido (76.9%). Em Portugal essa taxa registou em 2015 os 69.1%.

A diferença entre homens e mulheres é notória como se pode ver no quadro anterior. Essa diferença é menor em países como, por exemplo, a Finlândia (71.8% para as mulheres e 73.9% para os homens) e maior em países como Malta (53.6% para mulheres e 81.4% para os homens). Portugal encontra-se no conjunto de países onde essa diferença não é tão elevada (- 6.7 pp), ou seja, encontra-se distante da média da EU onde a diferença está nos -11.6 pp.

Tendo em conta as **diferenças de género**, o Eurostat apresentou em Março, uma análise referente ao emprego em part-time¹² e verificou-se que, numa primeira dimensão, as **disparidades salariais** entre homens e mulheres situou-se em 16.1% na UE (dados para 2014), ou seja, as mulheres ganhavam em média 84 cêntimos por cada euro que um homem faz por hora. Numa segunda dimensão estas diferenças estão também presentes no tipo de contrato que é realizado. Em 2014, enquanto 1 em cada 5 mulheres na UE (20.0%) com idades entre os 25-49 e sem crianças a cargo trabalhavam em part-time, para os homens a margem situava-se entre 1 a 12 (8.2%). A disparidade aumenta com o aumento dos filhos a cargo, ou seja, quase metade das mulheres (45.1%) com pelo menos três crianças estavam a

¹² Eurostat, *Part-time employment of women in the EU increases drastically with number of children*, Eurostat Newsrelease 45/2016, 7 March 2016.

trabalhar em part-time, comparando com 7.0% dos homens na mesma situação. Em termos globais e no conjunto dos países da UE, as mulheres têm tendência a trabalhar mais em part-time do que os homens, sendo que a diferença aumenta com a existência de crianças a cargo. Quantas mais crianças uma mulher tiver, maior é a tendência para trabalhar em part-time, enquanto que para os homens isso só acontece quando existem pelo menos 2 crianças:

Quadro 9: Emprego em part-time por sexo e número de crianças, 2014 (população com idade entre os 25 e os 49 anos - %)

	Mulheres				Homens			
	Sem crianças	1 criança	2 crianças	3 ou + crianças	Sem crianças	1 criança	2 crianças	3 ou + crianças
EU	20.0	31.3	39.2	45.1	8.2	5.1	4.8	7.0
PT	11.0	8.5	8.5	13.7	7.0	3.6	3.5	7.9

Do ponto de vista mais global pode-se ver no quadro seguinte a percentagem de peças que trabalhavam em part-time (no período de referência da análise), por grupos de idades:

Quadro 10: Pessoas empregadas em part-time (Total)

	2014			2015		
	15-24 anos	25-54 anos	55-64 anos	15-24 anos	25-54 anos	55-64 anos
EU28	31.7	17.6	22.5	32.1	17.6	22.1
EA19	31.6	20.1	23.5	32.3	20.2	23.3
PT	22.3	7.7	18.1	22.6	7.5	16.5

No que diz respeito ao desemprego¹³, e para a zona euro (EA19), a taxa de desemprego em Agosto de 2016 foi de 10.1%. Esta percentagem manteve-se estável comparativamente a Julho de 2016 e diminuiu relativamente a Agosto de 2015 (10.7%). Esta taxa é a mais baixa desde Julho de 2011.

Para a UE28 a Taxa de desemprego foi de 8.6% em Agosto, tendo-se mantido também estável face a julho de 2016 e diminuído comparativamente a Agosto de 2015 (9.3%). Esta taxa é a mais baixa desde Março de 2009. Para Portugal a taxa de desemprego estava fixada em 11.0% em agosto deste ano.

¹³ Eurostat, *Euro Area unemployment down to 10.1%*, Eurostat Newsrelease 186/2016, 30 September 2016.

Quadro 11: Desemprego (ajustamento sazonal), totais

	Agosto 2015	Julho 2016	Agosto 2016
EA19	10.7	10.1	10.1
EU28	9.3	8.6	8.6
PT	12.3	10.9	11.0

O **desemprego jovem** continua a ser bastante elevado. Segundo o Eurostat, em Agosto de 2016, 4.199 milhões de jovens com idade inferior a 25 anos estavam desempregados na UE28, dos quais 2.927 milhões estavam na zona euro.

Em Agosto de 2016 a taxa de desemprego jovem foi de 20.7% (22.3% em Agosto de 2015) para a zona euro (EA19) e de 18.6% para a UE28 (20.1% em Agosto de 2015). Para Portugal essa taxa foi de 27.9% em Agosto de 2016 (31.6% em Agosto de 2015).

No caso da situação de **pobreza das pessoas empregadas (in-work poverty)** verificou-se que esta taxa tem vindo a aumentar nestes últimos anos o que demonstra a vulnerabilidade das pessoas que mesmo estando a trabalhar, essa situação não lhes permite sair de uma situação de pobreza. Segundo o Eurostat¹⁴, a taxa de trabalhadores pobres foi estimada em 9.5% em 2015 para a UE28. Para a Zona Euro (EA19) a taxa foi de 9.5% também em 2015. Em Portugal essa taxa foi de 10.7% em 2014 e 10.9% em 2015.

No que diz respeito ao **desemprego de longa duração**¹⁵, ou seja, das pessoas com idades entre os 15 e os 74 anos que estão desempregadas há 12 ou mais meses, verificou-se uma ligeira diminuição desta taxa entre 2014 e 2015, quer para a UE28 (4.5% em 2015 e 5.0% em 2014), quer para EA19 (5.5% em 2015 e 6.0% em 2014). Em Portugal verificou-se também uma diminuição (7.2% em 2015 e 8.4 em 2014).

¹⁴ Fonte: Eurostat (Code: tesov110). Atualizado a 12 de Outubro de 2016.

¹⁵ Fonte: Eurostat (code: tesem130)

De acordo com os últimos dados da OCDE¹⁶, entre 2008 e 2013 a percentagem de jovens NEET em Portugal chegou aos 19% e em 2015 chegou aos 15% (para a OCDE foi de 14%). Comparando entre aqueles NEET que estão à procura de trabalho (desempregados) e os que não estão à procura de trabalho (inativos), verifica-se que o aumento verificado foi consideravelmente impulsionado pelo desemprego juvenil.

Cerca de 70% dos jovens NEET vivem com os pais. O custo para o país dos NEET está estimado em mais de 1% do PIB nacional.

Segundo o mesmo relatório, o abandono escolar precoce ainda é um desafio central. Em 2014, mais do que um em três dos jovens tinham abandonado precocemente a escola (a terceira percentagem mais elevada no conjunto de países da OCDE). Em média, cerca de um em seis dos jovens com idades entre os 25 e os 34 anos não possuem uma qualificação de nível secundário. Portugal foi um dos países onde os jovens com baixa escolarização foram dos mais atingidos pela crise: a maioria das perdas em termos de emprego para os jovens com idades entre os 15 e os 29 anos aconteceram nos que detinham níveis de educação mais baixos.

Segundo o Eurostat¹⁷ a taxa de jovens NEET para a UE28 foi em 2015 de 12.0%; para a Zona Euro (EA19) de 12.2% e para Portugal de 11.3%.

Tendências Demográficas

A população da União Europeia tem vindo a aumentar, estando estimada em janeiro de 2016 em 510.1 milhões de pessoas (508.3 milhões em janeiro de 2015).

A Alemanha continua a ser o Estado Membro mais populoso (16.1% do total da população da UE), logo seguido pela França (13.1%), o Reino Unido (12.8%), a Itália (11.9%), a Espanha (9.1%) e a Polónia (7.4%). A percentagem para Portugal era de 2.0% (10 341.3 pessoas, menos quando comparado com Janeiro de 2015 – 10 374.8).

Durante 2015, quase 5.1 milhões de crianças nasceram na União Europeia¹⁸ e pouco mais de 5.2 milhões de pessoas morreram o que significa que, pela primeira vez, a UE registou uma variação negativa da sua população. A migração foi o único fator que contribuiu para um impulso mais positivo.

¹⁶ OECD, *Society at a Glance 2016*, 2016

¹⁷ Eurostat. Code tesem 150

O índice sintético de fecundidade na UE¹⁹ aumentou de 1.46 em 2001 para 1.58 (Prov) em 2014 (para acontecer a renovação de gerações o número médio de filhos por mulher deve ser de 2.1). Em termos de países, Portugal apresenta um índice de 1.23 (estimativa para 2014) e, num polo oposto, a França lidera com um índice de 2.0 (2014).

Quadro 12: Índice sintético de fecundidade, total, 2001 e 2014

	2001	2014	Varição 2014/2001
UE (previsão)	1.46	1.58	+0.12
PT (estimativa)	1.45	1.23	-0.22

No que se refere ao índice de dependência dos idosos²⁰, verifica-se que em Janeiro de 2015 este foi de 28.8% para a UE28, ou seja, existia cerca de 4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 ou mais anos. A proporção variava entre os diferentes Estados membros, sendo o mais baixo na Eslováquia (19.7%) e Irlanda (20.0%) e o mais elevado na Alemanha (32.0%), Grécia (32.4%) e Itália (33.7%). Portugal registava um índice de 31.1%. Segundo o Eurostat, combinando os índices de dependência dos jovens e dos idosos, consegue-se obter o rácio de dependência total (calculado como a proporção de pessoas dependentes, jovens e idosos, em comparação com a população considerada em idade ativa, ou seja dos 15 aos 64 anos) que em 2015 e para a UE28 foi de 52.6% (existia aproximadamente 2 pessoas em idade ativa para cada pessoa dependente). Para Portugal esse rácio foi de 53.0%.

No que diz respeito à esperança de vida aos 80 anos, verifica-se um aumento significativo em número de anos quando se compara 2015 e 2005. Segundo o Eurostat, em 2015, quase 27 milhões de pessoas com 80 ou mais anos, viviam na UE. Mais 7 milhões do que em 2005. Uma em 20 pessoas que vivem na EU tem 80 ou mais anos. A esperança de vida aos 80 aumentou de 8.4 anos em 2004 para 9.5 anos em 2014. Em Portugal assistiu-se também a um aumento entre 8.2 em 2004 para 9.2 em 2014. Uma vez mais são as mulheres que revelam uma maior esperança de vida aos 80, sendo de 10.0 (2014) em Portugal (8.0 homens) e 10.2 na UE (8.5 homens).

¹⁸ Eurostat, *EU population up to slightly over 510 million at 1 January 2016*, Eurostat Newsrelease 134/2016, 8 July 2016.

¹⁹ Pordata.

²⁰ Eurostat Statistics Explained, *Population structure and ageing*, June 2016

Em termos globais são os Estados membros do sul da europa que registam a maior proporção de pessoas idosas. Em 2015 as maiores proporções de pessoas com 80 ou mais anos foram registadas na Itália (6.5%) e Grécia (6.3%), logo seguidos pela Espanha (5.9%), França (5.8%) e Portugal (5.7%). As mais baixas foram registadas na Irlanda e Eslováquia (ambas com 3.1%), assim como no Chipre (3.2%).

Quadro 13: Os idosos na União Europeia e Portugal (%)

		UE	PT
% de idosos com 65 ou + anos no total da população (2014)		18.5	19.9
Esperança de Vida aos 65 (2013)	Mulheres	21.3	21.6
	Homens	17.9	17.8
Anos de vida saudável aos 65 anos (2013)	Mulheres	8.6	9.3
	Homens	8.5	9.6
% de idosos que vivem sós (2014)		31.4	24.7
% de idosos que ainda estão economicamente ativos (2011)		6.8	3.9
% de idosos que viajam (2014)		48.1	30.0
% de idosos que usam a internet pelo menos 1 vez por semana (2015)		41%	23%

Refugiados

Segundo o Eurostat²¹ durante o segundo trimestre de 2016 (de abril a junho 2016), 305 715 requerentes de asilo solicitaram, pela primeira vez, proteção internacional nos Estados Membros da UE (mais 6% do que no 1º trimestre). As 3 principais nacionalidades destes requerentes de asilo foram: Sírios (90 500 pessoas), Afegãos (50 300) e Iraquianos (34 300). Portugal registou 160 (um aumento de 7%).

Os pedidos pendentes (ou seja aqueles pedidos que ainda estão sob a alçada das autoridades nacionais no final do período de referência) registavam no final de junho de 2016, quase 1.1 milhões. No ano anterior e também em junho, estes pedidos totalizam cerca de 633 000. A Alemanha detinha a maior proporção de pedidos pendentes (52% do total da UE), seguido pela Suécia (12%), Áustria (8%), Itália (6%) e França (4%).

²¹ Eurostat, *Number of first time asylum seekers slightly up to almost 306 000 in the second quarter of 2016*, Eurostat Newsrelease 181/2016, 22 september 2016.

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza

O recente Destaque do INE²² indica que **19.0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2015**, valor ligeiramente inferior ao ano anterior (19.5% em 2014).

De acordo com o INE, a taxa de risco de pobreza correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferior a 5 268 euros em 2015 (cerca de 439 euros por mês). Este limiar, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes.

Quadro 14: Limiar de Risco de Pobreza (2005-2015) (INE)

Ano de referência do rendimento	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015(po)
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4386	4544	4886	4969	5207	5046	4994	4906	4937	5061	5268

Fonte: INE / po. – provisório

Do ponto de vista dos grupos etários verificou-se um aumento da taxa de risco de pobreza para as pessoas idosas para 18.3% em 2015 (em 2014 foi de 17.0%). No caso das crianças verificou-se uma diminuição em 2.4 pontos percentuais, sendo em 2015 de 22.4% (em 2014 foi de 24.8%). No caso da população adulta com idades entre os 18 e os 64 anos a taxa foi de 18.2% em 2015, também ligeiramente inferior a 2014 que foi de 18.8%.

Em 2015, o risco de pobreza continuou a atingir com maior impacto as mulheres: 19.6% face a 18.2% para os homens. Desde 2003 os dados indicam uma tendência de maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres. A este nível, 2012 foi um ano excepcional com uma taxa de risco de pobreza ligeiramente superior junto dos homens, com 18.8% (para as mulheres foi de 18.7%).

²² Destaque – *Rendimento e Condições de Vida 2016* (dados provisórios), 15 de dezembro de 2016.

Quadro 15: Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, 2012-2015 (%)

Ano de referência do rendimento	2012	2013	2014	2015(po)
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	18.7	19.5	19.5	19.0
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	18.8	18.9	18.8	18.2
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	18.7	20.0	20.1	19.6
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24.4	25.6	24.8	22.4
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	18.4	19.1	18.8	18.2
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (65 ou +anos)	14.6	15.1	17.0	18.3

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

Do ponto de vista da composição do agregado familiar tem-se vindo a verificar que a taxa de risco de pobreza é mais elevada junto dos agregados familiares com crianças dependentes, comparativamente aos agregados sem crianças dependentes. Refira-se que o INE considera como crianças dependentes todos os indivíduos com menos de 18 anos, assim como as pessoas entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes. Em 2015, 21.0% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza (ligeiramente inferior a 2014 – 22.2%), enquanto esta taxa era de 16.8% para agregados sem crianças dependentes (ligeiramente superior a 2014 – 16.6%).

Dentro dos agregados familiares com crianças dependentes continuam a ser as famílias monoparentais (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças) as que apresentam taxas mais elevadas de risco de pobreza em 2015 (31.6% e 42.7% respetivamente). É importante referir que enquanto nas famílias monoparentais (1 adulto com pelo menos uma criança) registou-se um pico do risco de pobreza em 2013 (38.4%). No caso dos agregados com dois adultos e com três ou mais crianças, esse pico verifica-se agora, em 2015, depois de ter descido ligeiramente entre 2013 e 2014.

Refira-se ainda que tem-se vindo a verificar um aumento gradual da taxa de risco de pobreza nos agregados com 1 adulto sem crianças (de 21.9% em 2012 passou para 26.3% em 2015) e no caso dos agregados formados por um adulto com 65 ou mais anos e sem crianças, o aumento foi também significativo entre 2012 (21.6%) e 2015 (28.1%).

Quadro 16: Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano de referência do rendimento	2012	2013	2014	2015 (po)
Total sem crianças dependentes	15.0	15.8	16.6	16.8
1 Adulto sem crianças	21.9	23.1	25.4	26.3
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	22.3	23.8	23.7	23.9
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	21.6	22.5	26.8	28.1
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	17.0	17.4	16.8	16.0
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	13.4	13.1	14.3	16.4
Outros agregados, sem crianças	12.0	13.1	13.7	12.8
Total, com crianças dependentes	22.2	23.0	22.2	21.0
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	33.1	38.4	34.6	31.6
2 Adultos com 1 criança	16.0	15.4	13.7	15.0
2 Adultos com 2 crianças	19.9	18.0	20.4	17.0
2 Adultos com 3 + crianças	40.4	38.4	37.7	42.7
Outros agregados, com crianças	23.8	28.8	26.1	24.9

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

Em 2015, em Portugal, 10.9% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza, não havendo alterações quando comparado com 2014. É importante sublinhar que, em 2015, 42% dos desempregados e 31.2% dos “outros inativos” estavam em risco de pobreza. Relativamente a população reformada, tem-se vindo a assistir a um aumento do risco de pobreza entre 2012 e 2015, passando de 12.8% para 16.0%, respetivamente.

Quadro 17: Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano de referência	2012	2013	2014	2015 (po)
Total com emprego	10.5	10.7	10.9	10.9
Total sem emprego	23.8	24.7	25.2	25.4
Desempregado	40.3	40.5	42.0	42.0
Reformado	12.8	12.9	14.4	16.0
Outros inativos	29.6	32.4	31.9	31.2

➤ **Linha de Pobreza ancorada no Tempo**

Em 2013, o INE procedeu pela primeira vez ao cálculo da linha de pobreza ancorada no tempo (2009), tendo por base a variação do índice de preços no consumidor. De facto, a taxa de risco de pobreza tem como base um conceito de pobreza relativa onde o cálculo do limiar de pobreza é influenciado pelas variações do rendimento médio da população. Com este indicador, procura-se conhecer a taxa de pobreza da população no momento da recolha de novos dados tendo em conta o limiar de pobreza de determinado ano (2009). Assim, o limiar de pobreza em 2015, tendo por base este indicador, é de 5 651€, mais 383€ do que o limiar calculado com base no rendimento médio efetivo da população em 2015 (5 268€).

Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2015, seria de 21.8%, descendo 2.3 pp relativamente ao ano anterior (24.1% em 2014).

Também tendo por base este indicador, continuam a ser as crianças que apresentam maior vulnerabilidade (24.5% em 2015). Face ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 3.8 pp (em 2014 foi 28.3%). Refira-se ainda que o aumento desta taxa tem sido gradual desde 2009 quando 22.4% das crianças estavam em situação de pobreza, tendo atingido um pico em 2013 de 31.1%. Entre 2014 e 2015 esta taxa reduziu em todos os grupos etários, mas de forma mais ligeira para a população com 65 ou mais anos (apenas 1pp).

Quadro 18: Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal 2009-2015

Ano de referência	un.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (po)
Linha de Pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5 624	5 639	5 624	5 651
Taxa de risco de Pobreza (total)	%	17.9	19.6	21.3	24.7	25.9	24.1	21.8
0 - 17 anos	%	22.4	23.9	26.1	30.9	31.1	28.3	24.5
18-64 anos	%	15.7	17.7	20.3	23.7	24.6	23.1	20.7
65 + anos	%	21.0	21.6	19.8	22.4	25.5	24.0	23.0

Fonte: EU-SILC. Inquérito às Condições de Vida / Po – Valor Provisório

Intensidade da Pobreza²³

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza isso significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados do INE indicam para 2015 a taxa de intensidade de pobreza foi de 26.6%, tendo revelado uma descida relativamente a 2014 (29.0%). Esta taxa foi mais elevada para os homens (27.0%) do que para as mulheres (26.5%) e foi mais significativa para o grupo de pessoas com idades entre os 18 e 64 anos (29.3%), logo seguido do grupo das crianças (28.7%) e por fim das pessoas com 65 ou mais anos (18.0%).

Quadro 19: Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano de referência dos dados	2012	2013	2014	2015 (po)
Total	27.4	30.3	29.0	26.6
Homens	28.4	31.2	30.1	27.0
Mulheres	27.0	29.3	28.7	26.5

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

Desigualdade na distribuição do rendimento²⁴

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2015, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.9 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 10.1 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre. Em ambos verifica-se uma descida por comparação a 2014, 6.0 no rácio S80/S20 e 10.6 no rácio S90/S10 respetivamente.

Nos últimos anos tínhamos vindo a assistir a um aumento das desigualdades. Efetivamente, quer o indicador S80/S20, quer o S90/S10 apontam para um aumento gradual e constante das desigualdades

²³ INE; www.ine.pt, outubro 2015

²⁴ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2016 (dados provisórios), INE, dezembro de 2015; www.ine.pt

desde 2009, verificando-se agora uma descida em 2015. O mesmo acontece no caso do coeficiente de Gini.

Quadro 20: Indicadores de Desigualdade do Rendimento (2003 - 2015)

Ano de referência de dados	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (po)
Coeficiente de <i>Gin</i> ²⁵	%	33.7	34.2	34.5	34.2	34.5	34.0	33.9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	nº	5.6	5.7	5.8	6.0	6.2	6.0	5.9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	nº	9.2	9.4	10.0	10.7	11.1	10.6	10.1

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza²⁶

Quadro 21: Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2012-2015 (%)

Ano de referência dos dados	2012	2013	2014	2015 (po)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	46.9	47.8	47.8	46.3
Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões	25.5	26.7	26.4	25.1
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	18.7	19.5	19.5	19.0

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

Risco de Pobreza e Exclusão Social

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral *per capita* muito**

²⁵ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

²⁶ INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2016 (dados provisórios)*, INE, dezembro de 2015.

reduzida²⁷. Refira-se ainda que este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral per capita), ou seja, ao ano anterior à aplicação do inquérito.

➤ **Taxa de Risco de Pobreza ou exclusão social**

Os dados do Destaque do INE de dezembro de 2016 indicam que, em 2016, 25.1% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social (2.6 milhões de pessoas). Uma percentagem ligeiramente inferior a 2015 (26.6%).

Quadro 22: População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano do inquérito	2013	2014	2015	2016 (po)
População em risco de pobreza ou exclusão social	27.5	27.5	26.6	25.1

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

➤ **Privação Material e Privação Material Severa**²⁸

Tal como explicado na primeira parte deste documento, a privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares. A privação material severa, por outro lado corresponde a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens.

Em Portugal, em 2016, 19.5% da população encontrava-se em situação de privação material e 8.4% em situação de privação material severa. No que diz respeito à intensidade da privação material (*número médio de itens em falta para esta população em privação material*), esta foi em 2016 de 3.6.

Quadro 23: Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2013-2016)

Ano de referência	un.	2013	2014	2015	2016 (po)
-------------------	-----	------	------	------	-----------

²⁷ Consideram-se em **intensidade laboral muito reduzida** todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

²⁸ Eurostat, *dados de Outubro de 2016*

T. de privação material	%	25.5	25.7	21.6	19.5
T. de privação material severa	%	10.9	10.6	9.6	8.4
Int. da privação material	nº	3.6	3.6	3.7	3.6

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

Quadro 24: Itens de privação material na população total, Portugal, EU-SILC 2015 e 2016 (%)

Ano de referência	2015	2016 (po)
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	51.3	47.2
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	40.7	38.3
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	23.8	22.5
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	10.1	9.3
Sem disponibilidade de automóvel	8.3	6.9
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3.5	3.4
Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1.2	1.1
Sem disponibilidade de telefone	0.9	0.7
Sem disponibilidade de televisão a cores	0.3	0.3

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2015-2016

Po - Valor provisório

Em todos os itens verifica-se, por comparação ao ano anterior, uma ligeira descida.

➤ **Intensidade Laboral**

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com

menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível. Os dados do INE indicam que, em 2012, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor permanece idêntico em 2013. Os dados provisórios para 2015 revelam uma descida para 9.1%.

Quadro 25: Intensidade laboral *per capita* muito reduzida (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano de referência	2012	2013	2014	2015 (po)
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	12.2	12.2	10.9	9.1

Fonte: INE, atualização em dezembro de 2016

Emprego/ desemprego

Taxa de emprego (%) da população residente com idade entre 15 e 74 anos era em agosto de 2016 de 58.8%.

No final do mês de agosto de 2016, estavam inscritos, como desempregados, nos Serviços de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 498 763 indivíduos, número que representa 73,3% de um total de 680 182 pedidos de emprego. O total de desempregados registados no País diminuiu em comparação com o mês homólogo de 2015 (-7,0%; -37 818) e face ao mês anterior aumentou +0,2% (+1 100).

A evolução, comparativamente a agosto de 2015, mostra a descida do desemprego nos homens (-8,5%) e nas mulheres (-5,7%).²⁹

Quadro 26 – Desemprego registado por género

Desemprego registado (total)	2015 agosto	2016 agosto
Homens	252 227	230 703
< 25 anos	28 968	26 565
>= 25 anos	223 259	204 138 88
Mulheres	284 354	268 060
<25 anos	34 870	30 984

²⁹ Informação mensal do mercado de emprego, Agosto 2016, IEFP.

>=25anos	250 167	237 076
--------------------	---------	---------

Segundo o destaque do INE³⁰ a estimativa definitiva da taxa de desemprego de julho de 2016 situou-se em 10,9%, o que corresponde a uma diminuição de 0,2 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior e de 0,7 p.p. face a três meses antes, prosseguindo-se a trajetória descendente que se verifica desde fevereiro de 2016. Aquele valor representa uma revisão em baixa, de 0,2 p.p., face à estimativa provisória divulgada há um mês (11,1%).

A estimativa definitiva da população desempregada de julho situou-se em 559,8 mil pessoas, tendo diminuído 1,0% em relação ao mês anterior (menos 5,5 mil pessoas).

A estimativa definitiva da população empregada de julho foi de 4 568,5 mil pessoas, o que representa um aumento de 0,5% face ao mês anterior (mais 22,5 mil pessoas).

A estimativa provisória da taxa de desemprego de agosto de 2016 situou-se em 11,0%. Neste mês, a estimativa provisória da população desempregada foi de 561,8 mil pessoas e a da população empregada foi de 4 561,9 mil pessoas.

➤ **Retribuição Mínima Mensal Garantida**

Tendo em conta apenas Portugal continental, a proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo que em abril de 2014 auferiam a retribuição mínima mensal garantida é de 12.9%. Esta proporção tem vindo a aumentar desde 2009, altura em que 8.1% dos TCO recebiam o salário mínimo nacional. Sublinhe-se ainda a diferença verificada entre homens e mulheres. Em abril de 2014, 9.4% dos homens empregados a tempo inteiro recebiam esta remuneração e 17.5% das mulheres auferiam o salário mínimo. Foi também junto das mulheres TCO que se verificou um maior aumento desta proporção entre 2009 e 2014. Neste período a proporção de mulheres com salário mínimo aumentou 5.6 pp e a dos homens aumentou 4.1 pp.

Quadro 27: Proporção de TCO a tempo completo que recebem a Retribuição Mínima Mensal Garantida

Continente	abril					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	5.3	6.4	8.1	8.3	9.2	9.4
Mulheres	11.9	13.4	14.7	15.3	15.1	17.5
Total	8.1	9.4	10.9	11.3	11.7	12.9

Fonte INE

³⁰ Estimativas mensais emprego e desemprego, Agosto 2016, INE

Foi atualizado o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) a partir de **1 de Janeiro de 2016**.

O valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) a que se refere o n.º 1 do artigo 273.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, **é de € 530.00** euros (decreto-lei n.º 254 A/2015 de 31 de dezembro).

Em **abril de 2015**, segundo dados fornecidos pelo Boletim Estatístico do GEP de março de 2016³¹, o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo era de 1 140,4 euros. O ganho médio mensal das mulheres, era 78,7 % do valor médio dos homens. 21,4% dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo auferiam a retribuição mínima mensal garantida (salário mínimo). Este valor tinha maior expressão nas "alojamento, restauração e similares" (29,9 %).

Prestações Sociais

O novo executivo que tomou posse ainda no ano de 2015 introduziu alterações nos cortes que tinham sido registados anteriormente em relação a algumas prestações sociais. Nos quadros seguintes são apresentadas as evoluções nos números de beneficiários de algumas dessas prestações (RSI; CSI; Desemprego).

➤ Rendimento social de Inserção: Famílias e Beneficiários (nº)

Em Portugal, em **agosto de 2016**, existiam 98 043 famílias e 217 862 beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI).

Quadro 28: Famílias e Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

	Anual					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Famílias com processamento de RSI	206 700	173 028	160 358	148 107	139 557	134 161
Beneficiários com	526 013	447 605	420 803	360 153	320 674	295 668

³¹ Boletim Estatístico março 2016, GEP; Ministério do Trabalho, solidariedade social e segurança social

processamento de RSI						
---------------------------------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados a agosto de 2016 www.seg-social.pt

Quadro 29: Valor Médio processado (dados mensais) do Rendimento Social de Inserção (€)

	12-2010	12-2011	12-2012	12-2013	12-2014	06-15	08-16
Por Família	228.07	242.01	214.68	210.85	215.37	251.16	255.02
Por Beneficiário	87.61	89.09	83.54	86.65	91.84	93.60	112.79

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados agosto 2016 www.seg-social.pt

➤ Complemento Solidário para Idosos: Beneficiários (nº)

	Anual				Mensal			
	2012	2013	2014	2015	08-2013	08-2014	08-2015	08-2016
CSI	246 664	248 734	212 631	176 790	225 567	172 147	165 702	159 931

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados agosto 2016

Os últimos dados disponibilizados pela Segurança Social reportam a agosto de 2016 e revelam que o número de beneficiários do CSI era de 159 931.

➤ Prestações de Desemprego: Beneficiários por tipo de subsídio e mês de processamento (nº)

	08-2011	08-2012	08-2013	08-2014	08-2015	08-2016
Subsídio de Desemprego	234 659	304 068	322 524	260 352	206 107	170 809
Subsídio Social Desemprego Inicial	25 871	29 498	20 522	13 207	10 260	8 802
Subsídio Social	26 052	36554	45 808	46 853	44 199	36 431

Desemprego Subsequente						
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	24	37	31	35	33	37
Total	286336	370157	388 885	320 447	260 599	216 079

Fonte: Segurança Social³²

Segundo os últimos dados disponibilizados pela Segurança Social de agosto de 2016 revelam que 216.079 beneficiavam de prestações de Desemprego (nas prestações do desemprego inclui o Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego). Este valor tem vindo a decrescer nos últimos anos fruto provavelmente da descida da taxa de desemprego.

➤ **Prestações de Desemprego: Valores médios mensais do subsídio processados por beneficiário, por tipo de subsídio e ano de processamento (€)**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Subsídio de Desemprego	548.38	564.32	565.48	534.83	509.06	501.83
Subsídio Social Desemprego Inicial	353.11	421.50	415.69	379.40	382.39	398.83
Subsídio Social Desemprego Subsequente	363.32	423.35	419.67	407.33	397.08	398.81
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	359.21	381.90	373.07	374.90	387.22	361.31
Total	493.01	537.89	541.35	513.34	489.96	482.60

Fonte: Segurança Social³³

³²Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; Caso um beneficiário tenha lançamento por mais de um tipo de subsídio no ano, ele é contabilizado uma vez em cada um dos subsídios; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

³³ Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

Segundo os últimos dados da Segurança Social o valor médio mensal de subsídio de desemprego por beneficiário era de 457.31 em agosto de 2016.

Sobre-endividamento³⁴

Um outro indicador que merece também algum destaque prende-se com as situações de sobre-endividamento que têm afetado muitas famílias portuguesas. A seguir são apresentados os últimos dados disponibilizados pelo Gabinete de Apoio ao Sobre endividado da DECO no seu Boletim Estatístico do primeiro trimestre de 2016.

Quadro 30: Processos e pedidos de informação de Sobre-endividamento

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 *
Nº de Processos	2034	2812	2838	4292	5407	4034	2768	2712	623
Nº de Pedidos de Informação	6724	13194	11960	20023	23183	29214	29006	29056	7434

Fonte: GAS DECO

Após um aumento do número de processos abertos em 2011 e 2012, o número de processos abertos em 2014 volta a aproximar-se dos valores existentes em 2009 e 2010. Os titulares dos processos abertos em 2014 possuíam em média 4 créditos, um número inferior ao dos anos anteriores. Em 2013 a média foi de 5 créditos e em 2008 e 2009 existiam em média 7 créditos associados a cada processo aberto. Em 2015 a média de créditos era de 5.

Tendo em conta a situação profissional dos titulares dos processos abertos em 2015, verifica-se o elevado peso dos trabalhadores por conta de outrem do sector privado (35%) e dos desempregados (28%).

³⁴ GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2016 <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2016/04/Boletim-2016.pdf>

Quadro 31: Situação profissional da população que solicitou apoio ao GAS (%)

	2012	2013	2014	2015
Desempregado	29	30	30	28
Reformado	13	12	15	16
Trabalhador Sector Privado	34	36	35	35
Trabalhador Sector Público	19	16	15	14
Trabalhador Conta Própria	5	6	5	6

Fonte: GAS DECO

As principais causas para o sobre-endividamento continuam a ser a deterioração das condições laborais (31%) e o desemprego (33%). No entanto, refira-se uma diminuição de processos abertos causados por estes dois fatores face ao período homólogo (4pp no caso do desemprego e 1 pp devido as condições laborais), e um aumento de processos causados por situações de penhora (3 pp), de divórcio (1pp) e de doença (1pp).

FONTES:

Bibliografia

- Boletim Estatístico março 2016, GEP; Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Segurança Social (MTSS)
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2014 (dados provisórios)*, INE, janeiro de 2015
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2016 (dados provisórios)*, INE, dezembro de 2015
- Eurostat Statistics Explained, *Population structure and ageing*, June 2016
- Eurostat Statistics Explained, *Social protection statistics – pension expenditure and pension beneficiaries*, July 2016
- Eurostat, *Employment up by 0.4% in euro area and by 0.3% in EU28*, Eurostat Newsrelease 171/2016, 13 september 2016
- Eurostat, *EU population up to slightly over 510 million at 1 January 2016*, Eurostat Newsrelease 134/2016, 8 July 2016.
- Eurostat, *Euro Area unemployment down to 10.1%*, Eurostat Newsrelease 186/2016, 30 September 2016
- Eurostat, *Number of first time asylum seekers slightly up to almost 306 000 in the second quarter of 2016*, Eurostat Newsrelease 181/2016, 22 september 2016
- Eurostat, *Part-time employment of women in the EU increases drastically with number of children*, Eurostat Newsrelease 45/2016, 7 March 2016
- Eurostat, *Share of severely materially deprived people down to 8.2% in the EU*, Pressrelease 71/2016, 14 April 2016
- GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2016
- INE, Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego de agosto de 2016, de 29 de setembro de 2016
- Informação mensal do mercado de emprego, Março 2016, IEFP.
- OECD, *Society at a Glance 2016*, 2016

Webgrafia

- <http://www.eapn.pt/observatorio-lisboa>
- <http://www.ine.pt>
- <http://www.iefp.pt>
- <http://www.seg-social.pt>
- <http://ec.europa.eu/eurostat>
- <http://ec.europa.eu/social/home.jsp?langId=en>